



ENSINO DE SOCIOLOGIA, INCLUSÃO E JUSTIÇA SOCIAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO ATRAVÉS DOS MANUAIS ESCOLARES¹

Isaac Nazareno Paiva de Medeiros²

RESUMO

Este trabalho trata das políticas de inserção e manutenção da Sociologia no Ensino Médio a partir da análise comparativa de dois manuais escolares: *Primeiro, Aprender Sociologia!* e *Ser protagonista: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*. Mais especificamente, é desenvolvida a hipótese de que o primeiro é uma fonte empírica e histórica da institucionalização da disciplina onde busca-se significados de inclusão e, o segundo, representa o material disponível nas escolas para a continuidade da disciplina a partir do estudo de teorias contemporâneas sobre justiça social, uma vez em que estes manifestam a relação do Ensino de Sociologia com o exercício da cidadania suscitado outrora na legislação, que permanece no ideário da disciplina escolar. Realizamos diálogo com autores que discutem a temática do Ensino de Sociologia, utilizando métodos de análise de manuais escolares e do perfil dos autores recorrendo à leitura de seus currículos na Plataforma Lattes, realização de observações, entrevistas e revisão de literatura.

Palavras-chave: Inclusão. Justiça Social. Manual Escolar. Ensino de Sociologia.

INTRODUÇÃO

No atual contexto de exclusão da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no currículo do Ensino Médio, novamente levanta-se o debate da importância da própria disciplina na implantação do “Novo Ensino Médio”.

Com o objetivo de enfrentar esse problema justifica-se a escolha por realizar uma análise de propostas pedagógicas contidas nos Manuais Escolares considerando a importância que o livro didático adquiriu na implantação da disciplina e no cotidiano dos docentes da Educação Básica.

Apesar da crescente valorização do manual escolar como fonte de pesquisa histórica, educacional e sociológica, ainda são raros os trabalhos que visam abordar questões metodológicas sobre esse objeto.

¹ Em abril o trabalho foi publicado pela Secretaria da Educação do Ceará no e-book “Aprendizagem e equidade: contribuições dos saberes docentes” <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/2025/04/30/seduc-lanca-e-book-aprendizagem-e-equidade-contribuicoes-dos-saberes-docentes/> Acesso em 16/06/2025.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC, professor de Sociologia da Secretaria da Educação Básica do Ceará. isaac.medeiros@prof.ce.gov.br.



Em relação à conceitualização, parece que o problema não é a ausência de um conceito sobre o que é um manual escolar, mas a variedade de nomenclaturas. Para este estudo, consideramos que a amplitude de conceitos possui características semelhantes, conforme Cigales e Oliveira (2020, p. 3):

- 1) Um conjunto de conteúdos respectivos de um campo de conhecimento;
- 2) Organizado por determinados agentes, portadores de determinadas visões e representações sobre o mundo social;
- 3) Materializado em papel, por meio de tecnologias de impressão;
- 4) Destinado ao ensino de uma disciplina/matéria.

Uma definição do conceito que seja capaz de circunscrever a potencialidade e a complexidade do manual como objeto capaz de evidenciar as práticas sociais e culturais de determinada sociedade. Os manuais escolares “[...] são os livros que são utilizados na escola, mas com motivações e fins que transcendem a instituição escolar e, isto também deveria refletir sua definição” (Cigales; Oliveira, 2020, p. 4).

A partir dos processos de escolhas dos manuais escolares durante o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2021 se estabelece uma proposta para o ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com os princípios normativos da Base Nacional Comum Curricular.

Neste documento os manuais escolares são compreendidos como uma forma de auxiliar e estimular a interdisciplinarização da prática docente. Portanto, a efetivação da reforma do Ensino Médio depende da recepção dessa ideia, cujo fundamento é a reorganização da estrutura disciplinar, favorecendo a integração curricular, a diversidade de oferta e a autonomia discente diante do currículo. No entanto, observamos em relação ao uso do manual escolar que, apesar das fronteiras disciplinares terem sido formalmente abolidas, a prática docente pautada na disciplinaridade tem uma abrangência que pode dificultar sua superação (Paz; Santos; Cigales, 2022).

De maneira sistematizada os principais resultados esperados na vida do estudante com as mudanças implementadas paulatinamente no Ensino Médio são (Souza; Vaz, 2020):

- 1) Protagonismo no processo de aprendizagem;
- 2) Resolução de questões da vida cotidiana;
- 3) Continuidade dos estudos;
- 4) Manejo consciente das tecnologias digitais;
- 5) Exercício da cidadania;
- 6) Atuação no mundo do trabalho, com consciência e autonomia;

Essas mudanças têm como foco a proposta de educação integral que visa dar sentido aos conhecimentos construídos em sala de aula, relacionando-os aos contextos de vivência por meio do protagonismo do estudante durante o processo de aprendizagem. Portanto, transformar a escola do Ensino Médio em um espaço que acolha mais os estudantes em sua diversidade, com suas potencialidades e que favoreça a autonomia.

Concordamos com Oliveira (2020), que o espetáculo midiático do Governo Temer (2016-2018) sobre a falsa flexibilidade curricular proporcionada pelo Novo Ensino Médio é utilizada como mecanismo de fazer os jovens e pais crerem que, agora, a trajetória de escolarização adequa-se aos projetos de futuro dos estudantes, quando afinal o problema principal dos jovens abandonar a escola é financeiro e motivado por não conciliar trabalho e escola. Nesse sentido, forja-se a ideia de existir algo novo como resposta ao desencanto da sociedade em relação às respostas à crise social e econômica, além disso, oculta-se o quanto a crise tem forte tendência de acentuar-se em virtude das práticas de minimização de direitos sociais e de acirramento da competição, as quais o projeto neoliberal afirma ser o melhor modelo de convivência social.

O PNLD 2021 incorpora em seu edital o parâmetro da interdisciplinaridade, tendo como orientação a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Apesar da fragilização da presença do ensino de Sociologia a partir da reforma do Ensino Médio que retirou a obrigatoriedade da disciplina, o PNLD ainda é uma política de peso fundamental na disputa pela presença dos conteúdos e do ensino de Sociologia no Ensino Básico.

Nossa hipótese é a de que os manuais escolares analisados são fontes empírica e histórica da institucionalização da disciplina onde busca-se significados de inclusão e, representa o material disponível nas escolas para a continuidade da disciplina a partir do estudo de teorias contemporâneas sobre justiça social, uma vez em que estes manifestam a relação do ensino de Sociologia com o exercício da cidadania suscitado outrora na legislação, que permanece no ideário da disciplina escolar.

2 METODOLOGIA

Para desenvolver esta pesquisa empreendeu-se os seguintes procedimentos metodológicos: 1. Realizamos diálogo com autores que discutem as temáticas do ensino de Sociologia (Bodart; Esteves; Tavares, 2021) e do Novo Ensino Médio (Oliveira, 2020); 2. Análise de manuais escolares (Cigale; Oliveira, 2020) e do perfil dos autores recorrendo à leitura de seus currículos na Plataforma Lattes; 3. Realização de observações na escola pública;

4. Realização de entrevistas com professoras que utilizam os materiais analisados; 5. Revisão de literatura (Candau, 2012).

No Ceará, desde 1992 existe o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica - SPAECE, que se consolidou como instrumento determinante para o planejamento da rede escolar estadual, visando a fornecer subsídios para formulação e monitoramento das políticas educacionais. Em 2024 o resultado destacou a alfabetização na idade certa de praticamente todas as crianças, no entanto, verificou-se anteriormente o baixo desenvolvimento das habilidades de leitura na proficiência geral do Estado, conforme o SPAECE, em 2010 havia apenas 6% dos estudantes no nível adequado de leitura para o Ensino Médio. Ou seja, na prática não haviam leitores proficientes, logo, capazes de, na leitura de textos de gêneros variados, mobilizar um amplo repertório de conhecimentos linguísticos à sua experiência no mundo.

O Governo do Estado do Ceará decreta a lei Nº 14.190, de 30 de julho de 2008, criando o programa Aprender pra Valer, cujo texto descreve que “[...] desenvolverá ações estratégicas complementares para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos do ensino médio e sua articulação com a educação profissional e tecnológica” (CEARÁ, 2008).

No parágrafo III da citada lei, é explicitado como o programa se efetivará, quando o inciso II lança como uma das ações principais o projeto Primeiro, Aprender!, o qual “[...] consiste na consolidação de competências avançadas de leitura e de raciocínio lógico-matemático, utilizando materiais complementares de ensino-aprendizagem especialmente elaborados para este fim”.

Está estruturado em material pedagógico próprio de uso orientado, tratando-se de uma ação conjunta e articulada das várias disciplinas, com foco no desenvolvimento da capacidade de leitura, escrita e articulação lógico-matemática (Brito, 2012, p. 22-29).

O projeto é composto por material pedagógico estruturado para aluno e professor, divididas em dois blocos. O primeiro bloco é identificado como: disciplinas alinhadas à Língua Portuguesa, composta pelas disciplinas de Língua Portuguesa, História, Filosofia, Arte, Sociologia, Educação Física, Língua Espanhola e Língua Inglesa. O segundo bloco é identificado como: disciplinas alinhadas à Matemática, composta pelas disciplinas de Matemática, Química, Física, Biologia e Geografia.

O caderno do professor é estruturado priorizando orientações didático-metodológicas. A cada aula são expostas as habilidades a serem desenvolvidas e consolidadas com explicações das questões e resolução das tarefas. O caderno do aluno é dividido nos dois blocos supracitados e cada bloco em três volumes sequenciais, sendo cada volume organizado por aulas. Cada aula

está organizada a partir de textos, listas, formulários, gráficos, diagramas entre outros, seguido de questões ou tarefas.

Em relação às autoras do manual Primeiro Aprender! Sociologia, foi verificado na plataforma Lattes que:

Cícera Glaudiane Holanda Costa é antropóloga, professora da Prefeitura Municipal de Fortaleza, Ceará, no ensino fundamental público desde 2001. Graduada em Ciências Sociais, em 2006 pela UECE, graduada em Tecnologia em Artes Plásticas, em 2010 pelo IFCE. Mestre em Antropologia, em 2013 pela UFPE, com a dissertação *Travestilidade: incursões sobre o envelhecimento a partir das trajetórias de vida de travestis na cidade do Recife*, (UFPE, 2013); além de graduada em licenciatura em Artes Visuais, em 2017 pelo IFCE.

Isaurora Cláudia Martins de Freitas é socióloga, professora efetiva da Universidade Vale do Acaraú, desde 1995. Graduada em Ciências Sociais, em 1991 pela UFC. Mestre e Doutora em Sociologia, pela UFC com a dissertação *Da periferia ao palco: a ressocialização de crianças e adolescentes na periferia de Fortaleza através da arte*, (UFC, 2000) e com a tese *Destinos (im)prováveis: trajetórias de jovens egressos de uma experiência de arte-educação*, (UFC, 2006). Atualmente é professora efetiva do Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO - UEVA).

Ilana Viana do Amaral é filósofa, professora efetiva da Universidade Estadual do Ceará, desde 2000. Graduada em Ciências Sociais, em 1992 pela UFC. Mestre em Filosofia, em 1997 pela UFPB. Doutora em Filosofia, em 2008 pela PUC/SP. Atualmente coordena o PET-Humanas da UECE com o projeto *Cultura contemporânea em uma perspectiva inter (ou) transdisciplinar*.

Um ponto comum que aproxima todas as autoras é o fato de terem tido de alguma forma contato com a Educação Básica e terem escrito/coordenado o manual escolar em resposta a reprodução de modelos próprios da graduação, a exemplo do ensino fortemente conceitual voltado à aprendizagem dos clássicos da teoria sociológica, como Marx, Durkheim e Weber. Isso significa, que esses cadernos do professor e do estudante consistiram em contribuição importante para a implantação e consolidação da disciplina Sociologia, que estava presente no currículo da maioria das escolas de Ensino Médio da rede pública do Ceará e ministrada por professoras e professores efetivos desde 2004, ano da convocação do primeiro concurso público da SEDUC que ofertou vaga para Sociologia (Xavier, 2016), (Souza Filho, 2016), (Medeiros, 2017).

Desse modo, pode-se observar a relação das autoras com o ensino da Sociologia no Ensino Médio e, especialmente naquele período, o manual escolar Primeiro Aprender!

Sociologia funcionou como política de implantação da disciplina, que seria obrigatória nos currículos do Ensino Médio a partir da Lei N° 11.684 de 2008, mas que somente foi incluída no Programa Nacional do Livro Didático – PLND, em 2012.

Por fim, todas as autoras concluíram sua formação, como graduadas em Ciências Sociais, entre o início da década de 1990 e a segunda metade da década 2010. Justamente o período em que a campanha pela reinserção da disciplina na Educação Básica obteve suas conquistas em forma de leis e projetos estatais. Isso é bastante significativo, pois reforça o argumento sustentado anteriormente, que o interesse das autoras pela disciplina, em suas inserções acadêmicas e profissionais, na esteira da elaboração de projeto de desenvolvimento dos manuais escolares não reproduziu modelos próprios da graduação, sendo contribuição para a disciplina, que no período não participava do plano nacional de distribuição de livros didáticos.

Nesta pesquisa foi analisado apenas um dos seis volumes da coleção “Ser protagonista” (Souza; Vaz, 2020) escolhida pelos docentes e utilizado na escola de maior matrícula no Ensino Médio de Cascavel, Ceará, para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O manual escolar tem como editores responsáveis Flávio Manzatto e Valéria Vaz, sendo que os elaboradores dos originais do volume “Sociedade e Cultura” são os autores Elen Doppenschmitt e Flávio Manzatto de Souza.

Considerando a análise da formação acadêmica dos autores mostrou que apenas uma autora é graduada em Ciências Sociais. Em relação a formação *stricto sensu*, nenhum deles têm pós-graduação na área das Ciências Sociais. Esses dados possibilitam confirmar a hipótese de Bodart; Esteves; Tavares (2021), que é reflexo da reduzida valorização da Sociologia por parte das editoras, podendo gerar deficiência de abordagens dos conteúdos desse componente curricular ou mesmo sua ausência.

3 A CONSTRUÇÃO DO OLHAR DESNATURALIZADOR E PROBLEMATIZADOR NAS AULAS DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

No texto de apresentação do material estruturado do projeto Primeiro Aprender! Sociologia, que envolve o caderno 1 das aulas de Sociologia, as autoras Cícera Glaudiane Holanda, Isaurora Cláudia Martins e a coordenadora da equipe de elaboração Ilana Viana do Amaral explicam que a proposta pedagógica para trabalhar a disciplina de Sociologia no Ensino Médio, coloca à disposição três objetivos específicos principais (CEARÁ, 2009b):

- 1) O debate histórico acerca dos objetivos da inclusão dessa disciplina nos currículos escolares;
- 2) Reflexões contidas no texto do PCN - Sociologia, publicado em 2005;
- 3) Objetivos específicos do projeto Primeiro, Aprender!

Portanto, para as autoras, pensar a Sociologia como disciplina escolar, auxiliará os jovens do Ensino Médio na desnaturalização e problematização da realidade social que os cerca. E ancoradas nos objetivos do projeto:

“[...] optamos por privilegiar uma forma de apresentação dos conteúdos da disciplina de sociologia que, ao invés de prender-se a conceitos e categorias teóricas abstratas, **partisse do contexto social que cerca os jovens aprendentes para, a partir daí, incentivar o interesse pelas discussões sociológicas**, introduzindo questões sociais contemporâneas, sem perder de vista o legado e arcabouço conceitual da sociologia”. (CEARÁ, 2009b, p. 131, grifo nosso).

Ao falar do “olhar sociológico” não se pode esquecer, antes de tudo, que envolve uma amplitude de temas e interpretá-los é fundamental para a compreensão das práticas que marcam o presente. É explicitado pelas autoras a escolha de uma temática geral para trazer ao centro das discussões questões mais específicas, que foram “as diferenças sociais”. Assim, “[...] pretendemos introduzir o aluno no imenso labirinto que é o tecido social contemporâneo, trazendo à cena diferentes modos de ver e ler a realidade social, bem como as discussões sobre gênero, etnia, gerações e classes sociais” (CEARÁ, 2009b, p. 132). É nesse contexto que os sentidos da construção desse olhar desnaturalizador e problematizador justificam os textos e exercícios propostos neste manual para o ensino escolar de Sociologia.

- 1) Desnaturalizar no sentido de passar a compreender que tudo aquilo que existe em termos de realidade social é fruto de uma construção histórica e cultural e não algo natural e imutável, pré-existente e exterior aos indivíduos;
- 2) Desnaturalizar no sentido de passar a compreender que tudo aquilo que existe em termos de realidade social foi construído pela própria ação dos indivíduos, ainda que regulada socialmente;
- 3) Desnaturalizar a realidade permite começar a se perguntar o porquê das coisas, não se conformando com respostas prontas, pois pensando a realidade de um ponto de vista histórico e cultural é possível perguntar pelas normas e regras, pela existência “eterna” ou

construída de valores e instituições que se apresentam a um primeiro olhar como “realidades imutáveis e inquestionáveis”;

4) Desnaturalizar baseia-se na ideia de que o desenvolvimento das competências de leitura no estudo da Sociologia possa ser significativo, contribuindo para que o discente desenvolva um olhar para a sua experiência que seja problematizador a partir da reflexão sobre as suas próprias vivências e ações;

5) Problematizar no sentido que os conteúdos possibilitem a reflexão crítica, propiciem debates, identifiquem contradições, conflitos e discursos produzidos por uma multiplicidade de sujeitos, grupos e classes. Assim, os conteúdos a serem estudados devem enfocar diferentes temas que dimensionem as relações sociais, econômicas, políticas e culturais, vivenciadas tanto no espaço circundante do aprendente quanto na prática social mais ampla.

4 A COMPREENSÃO DO RACISMO PARA ADOTAR UMA POSTURA DE VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS NAS AULAS DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Acreditamos, como Vera Maria Candau (2010, p. 209), que a igualdade não está oposta à diferença e sim à desigualdade, e nessa dialética, diferença não se opõe à igualdade e sim à padronização, à produção em série, a tudo o “mesmo”, à mesmice”. As repercussões das lutas das minorias e a inclusão da “diversidade” e da “diferença” pelo mercado, na atual incorporação pelas empresas das reivindicações dos vários segmentos sociais não responde ao problema da diferença e da singularidade. Por sua vez manifesta a relação do ensino da Sociologia com o exercício da cidadania, suscitados outrora na legislação, que permanecem no ideário da disciplina escolar (Oliveira; Engeroff, 2018).

No caderno do estudante a proposta do manual escolar na “Aula 18” inicia-se com a busca de problematizar as alternativas de inclusão das diferenças e alternativas mais recentes de integração do discurso das minorias através de mecanismos estatais, ao mesmo tempo que busca tornar problemáticas estas mesmas alternativas. Conforme sugestão do manual do professor “[...] confrontando-as diretamente com o problema das hierarquias e das desigualdades econômicas” (CEARÁ, 2010, p. 152), considerando a relação que apresentam com as atividades propostas nas aulas anteriores.

Figura 1 – A noção de inclusão

Aula 18 - A inclusão no Estado. Todos cidadãos!

As lutas das minorias sociais tiveram muitas repercussões, inclusive aquelas que discutimos na aula passada, sobre a incorporação pelas empresas das reivindicações dos vários segmentos sociais. Quando falamos de gênero vimos que o movimento feminista e os movimentos GLBTBT provokaram mudanças, inclusive jurídicas. O divórcio, a possibilidade de uniões estáveis e a adoção de crianças por casais homoafetivos, a lei Maria da Penha, o estatuto da criança e do adolescente, a lei Afonso Arinos (contra o racismo) e mais recentemente as cotas para afro-descendentes nas universidades ou para mulheres nos partidos políticos, assim como as delegacias da mulher são exemplos de mudanças legais e institucionais provocadas pelos movimentos das 'minorias sociais'. O 'amparo legal' proporcionado por estas mudanças é um meio efetivo de fazer uma sociedade mais diversa? Ou ele é antes um meio de normatizar os comportamentos e indivíduos para melhor incluí-los na ordem hierárquica do Estado, ordem que repõe as hierarquias de classe, etnia, gênero e geração?

Fala-se muito hoje de "cidadania ativa" como um importante meio de inclusão e promoção da 'diversidade', pois segundo essa perspectiva caberia a cada um fazer 'a sua parte' nas ações solidárias, com autonomia, sem esperar pelo Estado. Um segmento do mercado cresceu enormemente a partir destas ações 'solidárias', o chamado "terceiro setor", constituído por ONGs ou pelos empreendimentos do "mercado alternativo". Outro modo de inclusão das minorias sociais, este patrocinado diretamente pelo Estado, é a utilização de "programas sociais" de inclusão das minorias. No Brasil exemplos destes programas são o "Bolsa Família" ou o "Bolsa Escola", além das políticas de cotas. Será que a 'cidadania ativa' ou as políticas estatais podem responder ao problema das diferenças e hierarquias sociais? A inclusão no Estado é capaz de resolver a questão destas diferenças e hierarquias?

Fonte: CEARÁ, 2009c, p. 218.

É nessa direção, a partir da centralidade da relação com o Estado, em relação à tensão entre diferença, desigualdade e hierarquia que o conjunto formado pelo texto e pelas caixas "Você Sabia?" que o manual foi estruturado nessa aula. Portanto, apresentam as alternativas de inclusão ou "soluções" que se têm formulado e oferecem uma "convocação" ao estudante para "pensar criticamente o conjunto da experiência social na qual ele se encontra imerso", seja pela via da elaboração de um sistema de leis e execuções a partir do discurso da diferença ou através de políticas compensatórias. Ressalta-se hierarquias apresentadas pelo mercado a partir da sua relação com as políticas de "cidadania ativa", que "[...] caracterizam o discurso que se afasta do Estado como ator principal e apela à 'autonomia cidadã', apelo que não problematiza as hierarquias sociais dadas [...] embora com eficácia 'produtiva' do ponto de vista econômico mais direta" (CEARÁ, 2010, p. 152).

Figura 2 – Conceitos em caixas.

Amparo legal

Ter amparo legal significa estar protegido pela lei e pelas instituições responsáveis no Estado pelo seu cumprimento. A idéia de que as leis devem ser cumpridas por instituições capazes de implementá-las deu origem a várias instituições específicas que fazem parte da estrutura de 'amparo legal', como as delegacias da mulher ou os conselhos tutelares.



Você sabia?

Cidadania ativa

Este é um conceito que ganhou enorme visibilidade no Brasil através das iniciativas do sociólogo Betinho. A idéia central é 'não esperar pelo Estado', mas 'tomar iniciativas', 'buscar parcerias' para desenvolver ações sociais que amenizem os problemas sociais, desenvolvendo uma 'cultura

218 Sociologia

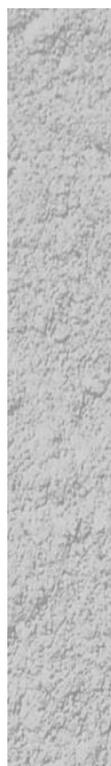
de solidariedade'. Com a campanha contra a fome Betinho tornou-se conhecido no Brasil inteiro. Hoje, como vimos na aula passada, estas ações de 'cidadania ativa foram incorporadas pela maior parte das empresas, que passaram a ostentar o selo de 'Responsabilidade Social'. A cidadania ativa não pretende abolir as hierarquias, sejam as do mercado (das classes), de gênero, étnicas ou geracionais, mas a partir destas hierarquias minimizar os efeitos de desigualdade por elas provocados.

Fonte: CEARÁ, 2009c, p. 218-219.

As atividades sugeridas no manual expõem alternativas consubstanciadas em políticas estatais, assim como iniciativas sociais da sociedade civil como exemplos das respostas que têm sido mais usualmente oferecidas ao problema das diferenças e, ao mesmo tempo, apresentam questões que permitem levantar o problema dos horizontes da sua eficácia e da sua validade. Cabendo aos professores refinar teoricamente e acrescentar novos materiais que permitam que o debate desenvolva a aprendizagem significativa dos alunos. Conforme as autoras, esta seria a “[...] pergunta que permite reabrir o lugar de contraponto crítico da reflexão sociológica tão logo se ofereça um ‘dado’ como resposta” (CEARÁ, 2010, p. 152).



Figura 3 – Atividades propostas



4. Com base no texto e no quadro Você sabia? assinale (C) para o que for correto e (I) para o que for incorreto sobre a cidadania ativa:

- () O conceito de cidadania ativa teve no sociólogo Betinho o maior impulsionador no Brasil, na campanha contra a fome.
- () Ser um cidadão ativo significa buscar minimizar os efeitos de desigualdade e destruir as hierarquias sociais.
- () A maior parte das grandes empresas aderiu às políticas de 'cidadania ativa', pois além de criar mais mercado, elas dão credibilidade e servem como estratégias de propaganda das suas marcas.
- () A cidadania ativa ajuda o crescimento de um novo segmento do mercado, chamado de 'terceiro setor'.
- () A cidadania ativa consiste em reivindicar cada vez mais fortemente ao Estado que ele resolva todos os problemas sociais.

5. Nas aulas anteriores vimos que há uma contradição entre individualidade (ou singularidade) e mercado, pois neste toda diferença termina sendo igualada. Pensando nisso, o que você acha sobre as formas de inclusão dos 'diferentes' ou das minorias sociais no Estado e da cidadania ativa? Elas podem ser, para você, formas efetivas de realizar a singularidade e a diferença? Por quê?

Fonte: CEARÁ, 2009c, p. 219-221.

Há uma tensão, inerente à própria Ciência Social, entre a afirmação da disciplina que, enquanto científica, tenta estabelecer “causas” para os fenômenos estudados, e o reconhecimento da possibilidade da intervenção dos indivíduos na realidade social. Uma tensão que o texto do manual não resolve claramente e que está relacionada às repercussões das lutas das minorias, as diferenças sociais, a atenção do estudante para a relação dos movimentos sociais entre diferença e inclusão através da questão da lei, a busca por fixar algumas características das políticas de “cidadania ativa”, reflexão e posição pessoal argumentada do estudante sobre a singularidade e a diferença no mercado, sobre as políticas de cotas, sobre as “ações pela cidadania” e sobre a formalidade da lei e o preconceito na realidade social, ao mesmo tempo em que se apresenta capaz de promover a cidadania pelo desenvolvimento da formulação de opiniões críticas do educando. Procedimento que atende ao objetivo de desenvolver a capacidade do olhar desnaturalizador e problematizador dos estudantes, tal como é pensada a disciplina para o Ensino Médio por esse manual (CEARÁ, 2010).

A discussão proposta no manual escolar “Ser Protagonista” sobre justiça social é feita com base nas ideias dos filósofos John Rawls e Nancy Fraser. O primeiro propõe bases para o desenvolvimento de uma justiça distributiva baseada na distribuição equitativa de renda por meio da cooperação social. A segunda articula as dimensões do reconhecimento, da



redistribuição e da representatividade política. O manual do professor sugere que é importante os estudantes se expressarem sobre as ideias dos autores baseados em fatos e dados reais e confiáveis, destacando exemplos sobre iniciativas políticas que visam à justiça social, como os programas de transferência de renda e o estabelecimento de cotas que garantam a inserção de negros e indígenas em instituições de ensino superior. Portanto, o debate sugere que o direito pode tanto garantir a proteção dos vulneráveis como reproduzir situações de exclusão, ou seja, a luta social e, segundo Fraser, a representatividade política são imprescindíveis para a busca pela justiça social.

Figura 4 – A noção de justiça social



Fonte: Souza; Vaz, 2020, p. 117

Quanto à compreensão do racismo para adotar uma postura de valorização da cidadania e dos direitos humanos, o box “Reflexão” aborda a baixa representatividade da população negra na política. Em acordo com as ideias de Fraser (*apud* Sousa; Vaz, 2020), a busca pela justiça social deve incluir a representatividade política, além do reconhecimento das demandas das minorias e da redistribuição de renda. Essa compreensão exige conhecimentos do nosso passado escravocrata, a ausência de reparação das violências a que os negros foram submetidos e suas

consequências para a população atual, como a dificuldade de acesso à educação, às condições adequadas de vida e a cargos públicos. Para isso, é necessário pensar com os estudantes sobre as medidas que ampliassem a quantidade de pessoas negras em cargos públicos, desde políticas públicas que melhorem as condições de vida da população de modo geral até políticas de ações afirmativas que busquem reparar injustiças históricas, como as cotas raciais. Além disso é proposta aos estudantes uma pesquisa sobre ações afirmativas no lugar onde vivem, que tem como objetivo incentivar a elaboração de argumentos com base em informações e expressas em pontos de vista de forma respeitosa e empática, uma vez que discutam o papel das ações afirmativas na promoção da igualdade material e de direitos básicos e também valorização étnica e cultural.

O box “Para explorar” sugere a leitura do livro “Cidadania no Brasil: o longo caminho” de José Murilo de Carvalho, que discute a tese de que entre nós os direitos sociais teriam vindo antes dos direitos políticos e civis. Ou seja, são incentivos para garantir que os estudantes debatam e adotem uma postura de valorização da cidadania e dos direitos humanos, que é indispensável à compreensão da problemática do racismo no Brasil.

Figura 5 – Indicações de leitura em box.

PARA EXPLORAR

» *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, 7. ed., de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

O livro analisa a conquista de direitos no Brasil e apresenta a tese de que os direitos sociais teriam vindo antes dos direitos políticos e civis.

A **distribuição de renda**, nos moldes como a estrutura dos tributos está organizada hoje no Brasil, penaliza os mais pobres e oferece vantagens aos mais ricos. Um exemplo é a desproporção entre os impostos associados a produtos de consumo diário e os associados a bens de luxo. Como alternativa para superar esse problema, é preciso garantir recursos suficientes para cobrir as despesas básicas das famílias. Nesse sentido, alguns estados brasileiros têm direcionado parte dos recursos para essa ação, que visa à equidade em relação aos mais vulneráveis.

Já as **ações afirmativas** representam medidas especiais voltadas para a inclusão de grupos discriminados pela exclusão social, ocorrida tanto no passado como no presente. A Lei federal n. 12 711/2012, que institui as cotas étnico-raciais para ingresso na universidade, é um exemplo de ação afirmativa que resultou da luta de movimentos sociais. Existem outros exemplos de ações como essa, promovidas por iniciativas locais: cursinhos pré-universitários populares; vagas de empregos dirigidas às populações negra e LGBTQI+; ações voltadas à acolhida e à inserção social de imigrantes, entre outras.

REFLEXÃO

A sub-representação dos negros na política brasileira

Mais da metade da população brasileira (54%) é composta de cidadãos que se autodeclararam negros – grupo que, segundo o IBGE, reúne pretos e pardos. Mas isso não se reflete na representação política. No estado de São Paulo, por exemplo, dos atuais 94 parlamentares da Assembleia Legislativa, somente quatro são negros, ou seja, o equivalente a 4,2% dos eleitos.

“A ausência de negros no Parlamento representa um contrassenso, em que a minoria passa a resolver os problemas da maioria”, afirma o cientista social Osmar Teixeira, autor de uma tese de doutorado sobre a representatividade da população negra no Legislativo.

A sub-representação dos negros na política brasileira. *Carta Capital*, 5 out. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-sub-representacao-dos-negros-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

1. Como esse trecho se refere à justiça social da perspectiva de Nancy Fraser?
2. Em sua opinião, quais fatores levam à baixa representatividade de negros na política brasileira?
3. De que maneira a representatividade de negros na política brasileira poderia ser mais equitativa?

Fonte: Souza; Vaz, 2020, p. 118.

A justiça social pode ser definida como um conjunto de ações que garantam

oportunidades iguais para todos os indivíduos, com o objetivo de eliminar desigualdades construídas ao longo do tempo. O texto explica ainda que a partir de Nancy Fraser (*apud* Sousa; Vaz, 2020), o reconhecimento de uma demanda específica de um grupo minorizado é um dever ético e uma reparação histórica em relação às desigualdades a que foi submetido. Novamente retomamos a tensão entre a afirmação da disciplina Sociologia no Ensino Médio, que procura estabelecer causas para os fenômenos sociais e o reconhecimento da possibilidade de intervenção dos indivíduos na realidade social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho destacou-se a importância do ensino da Sociologia através da análise dos manuais escolares e visualizamos as tentativas dos autores de propor um ensino de Sociologia onde o aluno possa construir um olhar desnaturalizador e problematizador sobre a realidade social e a sua percepção através de textos e exercícios contidos nestes manuais. Salientamos a relevância desses manuais como políticas de implantação e manutenção da disciplina e sua utilização dentro do contexto escolar, no intuito de desenvolver as competências de leitura no estudo da Sociologia de forma significativa, contribuindo para que o discente desenvolva um olhar problematizador a partir da reflexão sobre as suas próprias vivências e ações.

Embora com todas as limitações impostas aos conteúdos presentes nestes manuais escolares e a subjetividade na escolha da estratégia pedagógica utilizada pelos docentes, as relações com o uso do manual escolar em sala de aula são vistas como uma forma de auxiliar e estimular a interdisciplinarização da prática docente. Entretanto precisamos compreender que não é uma transposição realizada de forma pacífica, uma vez que o Ensino Médio se configura também como campo de batalha para aqueles que defendem que ele tem que promover a atuação do estudante no mundo do trabalho, com consciência e autonomia não levando em consideração os inúmeros obstáculos e percalços na sua trajetória, configurada principalmente pelas questões sociais e econômicas.

A recente reforma do Ensino Médio configura a falsa promessa de que este nível de ensino possibilitará um futuro promissor ao estudante, quando são acionadas soluções relativas à gestão limitada às práticas de responsabilização e empresariamento, que busca consolidação da pedagogia da hegemonia do capital, entre outras características, silencia os discursos que denunciam desigualdade de classe e enaltece o movimento de empresariamento da educação. Nesse sentido, estrutura-se numa perspectiva de criação de novos consensos como mecanismo

de revigoramento das formas de dominação, visando assegurar as distorções sociais e a produção de sujeitos desiguais.

Neste trabalho, evidenciamos a presença da Sociologia a partir da análise de manuais escolares, que em determinado momento serviu fundamentalmente como política pública de implantação da disciplina e atualmente na disputa pela presença dos conteúdos e do ensino de Sociologia no Ensino Médio, tendo em vista que, por seu intermédio, conteúdos e pressupostos da Sociologia serão (ou não) rotinizados na prática educacional. Conclui-se que devemos desenvolver a valorização do acesso ao conhecimento científico das Ciências Sociais, fundamental para a juventude elaborar mecanismos de afirmação enquanto sujeitos sociais capazes de interpretar a realidade na perspectiva de sua transformação e de constituírem-se enquanto sujeitos emancipados. Sujeitos que possam interagir com a sociedade, entendendo seu papel no contexto em que está inserido e sobretudo as consequências de seu interagir.

REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano; ESTEVES, Thiago; TAVARES, Caio. Os(as) autores(as) dos livros didáticos de ciências humanas e sociais aplicadas no PNLD-2021 e suas relações com a sociologia escolar. **Caderno da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**. v. 5, n. 2, p. 89-114, 2021.

BRITO, Márcio Pereira de Brito. **Projeto Primeiro, Aprender!**: estudo de caso em quatro escolas públicas estaduais do Ceará. Dissertação. Mestrado no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 235-250, Campinas/SP, 2012.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, diversidade cultural e educação: a tensão entre igualdade e diferença. In: FERREIRA; ZENAIDE; DIAS (Orgs.). **Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na Pedagogia**. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2010.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado. **Primeiro, Aprender! Língua Portuguesa, História, Filosofia, Arte, Sociologia, Educação Física**. Caderno da Professora e do Professor, vol. 3. Fortaleza: SEDUC, 2010.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado. **Primeiro, Aprender! Língua Portuguesa, História, Filosofia, Arte, Sociologia, Educação Física**. Caderno da Aluna e do Aluno, vol. 3. Fortaleza: SEDUC, 2009c.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado. **Primeiro, Aprender! Língua Portuguesa, História, Filosofia, Arte, Sociologia, Educação Física**. Caderno da Professora e do Professor, vol. 1. Fortaleza: SEDUC, 2009b.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado. **Primeiro, Aprender! Matemática, Química, Física, Biologia, Geografia**. Caderno da Professora e do Professor, vol. 1. Fortaleza: SEDUC, 2009a.

CEARÁ. Lei nº 14.190, de 30 de julho de 2008, cria o Programa Aprender pra Valer, que desenvolverá ações estratégicas complementares para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos do ensino médio e sua articulação com a educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Poder Executivo, Fortaleza, 31 jul. 2008.

CIGALES, Marcelo; OLIVEIRA, Amurabi Pereira. Aspectos metodológicos na análise de manuais escolares: uma perspectiva relacional. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá/SP, v. 20, 2020.

ENGERROFF, Ana Martina Baron; OLIVEIRA, Amurabi. Pereira. Os sentidos da sociologia escolar nos livros didáticos no Brasil. **Revista Pós-Ciências Sociais**, Maranhão, v. 15, p. 215-240, 2018.

MEDEIROS, Isaac Nazareno Paiva de. **A Sociologia do Ensino Médio no Ceará**: as práticas pedagógicas de professores temporários da rede pública do município de Caucaia. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

OLIVEIRA, Ramon de. A Reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia neoliberal. **Educação Unisinos**, v. 24, 2020.

PAZ, Mateus; SANTOS, Éric; CIGALES, Marcelo. A escolha dos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no PLND 2021, no Distrito Federal. **Caderno da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**. v. 6, n. 2, p. 176-198, 2022.

SOUZA, Flávio Manzatto; VAZ, Valéria. **Ser protagonista – Ciências Sociais Aplicadas: sociedade e cultura**. São Paulo: edições SM, 2020.

SOUZA FILHO, José Anchieta. **A prática docente e o currículo no ensino de sociologia em Fortaleza/CE**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2016.

XAVIER, Patrícia Silva. **Por que ser licenciado em Ciências Sociais?** Um estudo sobre os significados da escolha profissional. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.